

Pensando a etnografia na pesquisa em Comunicação: contribuições de abordagens decoloniais e feministas

Thinking about ethnography in Communication research: contributions from decolonial and feminist approaches

Aline Amaral Paz

alineamaralpaz@gmail.com

Doutoranda em Comunicação Midiática pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POS-COM/UFSM).

Camila Rodrigues Pereira

rpereiracamila@gmail.com

Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Sandra Rúbia da Silva

sandraxrubia@gmail.com

Professora Doutora do Departamento de Ciências da Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM.

Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a pesquisa etnográfica na Comunicação a partir de contribuições de abordagens decoloniais e feministas. Para isso, produzimos um debate acerca de lógicas de pesquisa do campo em diálogo com a Antropologia. Compreendemos a pesquisa etnográfica como uma abordagem que busca ser abrangente e pode dar conta de aspectos holísticos, utilizando diferentes práticas de escuta, de colaboração e de escrita. Buscamos apontar, a partir de contribuições de perspectivas decoloniais e feministas, que a etnografia pode ser um processo teórico metodológico preocupado com a participação mútua e colaborativa, com as imposições interpretativas, com as lentes colonizadoras de gênero, raça e classe (principalmente, mas não apenas) e com uma linguagem e escrita mais democrática.

Palavras-chave: metodologia, epistemologias, Comunicação, decolonial, etnografia.

Abstract

This article aims to reflect on ethnographic research in Communication based on contributions from decolonial and feminist approaches. To this end, we produce a debate about research logics in the field in dialogue with Anthropology. We understand ethnographic research as an approach that seeks to be comprehensive and can account for holistic aspects, using different listening, collaboration and writing practices. We seek to point out, based on contributions from decolonial and feminist perspectives, that ethnography can be a theoretical methodological process concerned with mutual and collaborative participation, with interpretive impositions, with the colonizing lenses of gender, race and class (mainly, but not only), and with a more democratic language and writing.

Keywords: methodology, epistemologies, Communication, decolonial, ethnography.

1 Introdução

A etnografia como uma abordagem teórico-metodológica e sua relevância como um método-pensamento se mostram cada vez mais pertinentes à área da Comunicação, como afirma a obra de Janice Caiafa (2019). Em seu texto, a autora recupera uma citação de James Clifford na introdução de *Writing Culture*, que afirma que a etnografia é um fenômeno interdisciplinar emergente. Ao longo dos anos, cada vez mais etnografias,

trabalhos de campo e descrições densas vêm sendo realizados em pesquisas de graduação, mestrado e doutorado em Comunicação.

Os trabalhos de Rocha e Barros (2006), Travancas (2011), Fragoso, Recuero e Amaral (2011), Caiafa (2019) e Silva e Machado (2020) são alguns exemplos de pesquisas que apresentam uma interface entre a Comunicação e a Antropologia, por meio das etnografias na área da Comunicação. Essa abordagem é muito utilizada em nosso campo para pesquisas que investigam culturas, práticas de

consumo, usos e apropriações, relações sociais, práticas comunicacionais, entre outras.

Porém, nas últimas décadas é crescente o debate sobre os problemas epistemológicos encontrados na etnografia – na sua história e na sua prática –, motivado por toda a relação da antropologia (e de todas as ciências ocidentais) com o colonialismo (Lassiter, 2005). De acordo com Lassiter (2005), atualmente a maioria dos etnógrafos reconhece que o poder e a história moldaram (e moldam) o processo etnográfico. Nas últimas décadas, os pesquisadores passaram a reconhecer mais adequadamente o papel que os participantes da pesquisa, os “informantes”, possuem na construção da etnografia. Esse entendimento foi essencial para deslocar a leitura “sobre os ombros” dos nativos, para o “ler ao lado” deles, e para cada vez mais construir pesquisas colaborativas, recíprocas e dialógicas.

Veiga e Moraes (2020) afirmam que também a comunicação e, especificamente, o jornalismo construíram suas histórias baseados em conhecimentos colonizados, masculinistas, racistas, classistas, heterossexistas e que, portanto, possuem uma série de vazios e violências que os constituem. E ainda que a insistência em uma comunicação e em “um jornalismo de mirada colonial, seja nas universidades, seja nas redações, resulta em um cenário enormemente assimétrico e no qual mantém-se a opacidade imagética/discursiva sobre milhões de pessoas” (Veiga e Moraes, 2020, p. 3).

Em um movimento para uma Comunicação e uma etnografia menos colonial, deparamo-nos com princípios da abordagem decolonial¹, que envolvem um conjunto de caminhos teórico-metodológicos que incorporam todo processo de pesquisa, colocando em perspectiva e desnaturalizando o olhar eurocêntrico e produzido pelo sujeito universal. Assim, espera-se como resultado a produção de uma pesquisa que contemple outras formas de ver e estar no mundo, questionando e repensando lógicas colonizadoras aplicadas às ciências.

A antropóloga Christine Hine (2015) argumenta que o fazer etnográfico é altamente imersivo e adaptativo a essa condição. Com isso, essa abordagem metodológica se constrói de novo a cada campo, entendida como um processo de geração de conhecimento que ilumina diferenças culturais. Nessa lógica, o objetivo deste artigo é refletir sobre a pesquisa etnográfica na Comunicação

a partir de contribuições de abordagens decoloniais e feministas.

As características etnográficas, podendo ser aliadas a outras correntes metodológicas, conectam-se a elementos essenciais da pesquisa preocupada em observar, escutar, analisar, mas também participar, fazer junto e se deixar afetar pelo campo que recorrentemente foge às alçadas teóricas da pesquisadora ou pesquisador. Firmando-se como pesquisa qualitativa, a etnografia é o que Caiafa (2007) denominou de método-pensamento, que trabalha com dados diversos, mobilizando diferentes sentidos. Nesse sentido, não se pode pensar a etnografia apenas como um método, considerando que, se aplicada pela segunda vez, em um mesmo campo, com as mesmas pessoas, pela mesma pesquisadora, serão encontrados novos ou diferentes dados. Tem-se, dessa forma, outra pesquisa. A etnografia nesse caso é uma abordagem de compreensão de significados holística e aberta, que recorre sempre a uma nova forma de ser experienciada.

Sob essa ótica, Mariza Peirano (2014, p. 381) afirma que as análises etnográficas não resultam apenas de um método; o fazer etnográfico “implica a recusa a uma orientação definida previamente”. Para a autora, a etnografia não acontece de modo isolado, mas é formada por uma “bricolagem intelectual”, que requer a junção teórica e empírica, na qual uma complementa e aprimora a outra. A etnografia está em constante reinvenção e recombinação.

Temos consciência do limite desta reflexão e de seus impasses, entendendo que a crítica epistemológica pelas lentes decoloniais e feministas exige mais do que reflexão e sugestão de práticas de pesquisa. Para este artigo adotamos autores e autoras que pensam por diferentes abordagens, e alguns que não partem efetivamente de premissas teóricas e metodológicas comprometidas com rupturas das lógicas das colonialidades. Ao dialogarmos com estudos da Comunicação, da Antropologia e de outras áreas, de perspectivas decoloniais, feministas ou outras, não pretendemos forçar filiações epistemológicas, mas sim pensar contribuições para a pesquisa etnográfica na área da Comunicação.

Ao longo das três seções do artigo, buscamos assinalar a pesquisa etnográfica como uma abordagem que pretende ser abrangente e dar conta de aspectos holísticos, e que ao mesmo tempo é parcial, utilizando diferentes práticas de escuta, de colaboração e de escrita. Além disso, almejamos, com as contribuições das abordagens decoloniais e feministas, refletir sobre a produção de conhecimento e outros modos de fazer pesquisa. Antes das considerações finais, apontamos cinco recomendações com o intuito de pensar a construção de uma pesquisa atenta à colonialidade.

1 A abordagem decolonial possui muitas outras perspectivas, pois ela se constitui a partir de um movimento epistemológico para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI (Ballestrin, 2013). Neste artigo, porém, também dialogamos com pesquisas de autoras pós-coloniais, feministas e outras, buscando de diferentes formas contribuições para o fazer etnográfico.

2 A pesquisa etnográfica como possibilidade abrangente: pensando abordagens de escuta, de colaboração e de escrita

Veiga e Moraes (2020) compreendem que muitos discursos promovidos na área da Comunicação e pelo jornalismo que se definem como “neutros” e “isentos” são discursos que não promovem a pluralidade da nossa sociedade; pelo contrário, reproduzem preconceitos geográficos, a exotização e a manutenção de estereótipos. Essa manutenção ocorre ainda baseada em afirmações coloniais, que privilegiam pautas que “importam economicamente” para pessoas autotclassificadas como “universais” (Veiga e Moraes, 2020).

Uma tentativa de comunicação menos colonial, de acordo com Veiga e Moraes (2020), parte, por exemplo, de uma busca por um jornalismo de subjetividade, que dá ênfase aos aspectos locais e históricos, visa uma horizontalidade entre o eu e o outro e compreende a comunicação a partir de dentro, através de uma escrita que não se intitula como neutra, mas deixa clara sua subjetividade e seus atravessamentos.

Cláudia Fonseca (1999) argumenta que a etnografia possibilita o estudo da subjetividade, e, para isso, deve ser valorizado no campo o que aparentemente é banal, óbvio e irrelevante. A pesquisa etnográfica permite a reflexão sobre as dinâmicas culturais condicionadas a trocas simbólicas entre pesquisadoras e interlocutoras. Como sugere o argumento central deste trabalho, a etnografia pode ser uma abordagem metodológica que, se atravessada pelas discussões decoloniais e feministas, como faz Segato (2012), pode contribuir para desestabilizar lógicas hegemônicas que reificam padrões de ciência.

Rita Laura Segato (2012), antropóloga argentina, tem como seu principal procedimento de pesquisa a “escuta” etnográfica. A autora define o seu modo de fazer pesquisa como “antropologia por demanda”, que produz conhecimento e reflexão a partir das perguntas que vêm do campo e de sua história. A construção de uma pesquisa decolonial, para a autora, deriva de sua disponibilidade para as interpelações que os sujeitos apresentam.

Segato (2012) propõe, a partir de suas vivências e dos dilemas complexos que seus trabalhos apresentaram, sugestões de termos que considera mais adequados em se tratando de uma atuação em direção a um projeto de pesquisa mais crítico e libertador. A autora considera que o termo relativismo cultural possa ser substituído por pluralismo histórico, dando lugar ao argumento histórico, da história própria do respectivo povo; que o termo cultura possa ser repensado para o povo como sujeito de uma história; e que se possa usar o termo inter-historicidade em vez de interculturalidade.

A antropóloga compreende que “o mundo moderno é o mundo do Um”, no qual “todas as formas de alteridade com relação ao padrão universal representado por este Um constituem um problema” (Segato, 2012, p. 125). A própria antropologia, segundo Segato, constitui-se a partir desse lugar, no qual os outros têm que ser explicados e equiparados. Porém, a realização de uma etnografia menos colonial parte da compreensão de que alguns mundos, alguns povos, não operam (ou não operavam) orientados pelo binarismo eurocêntrico e colonial, ou com um horizonte fixo de cultura; cada povo possui a sua história particular, com seus próprios debates e deliberações internas (Segato, 2012).

Sob essa ótica, o campo da Comunicação, em diálogo com a Antropologia, argumenta que a etnografia possibilita observar com profundidade interações que contemplam aspectos abrangentes e holísticos da pesquisa, nas dimensões teórico-metodológicas preocupadas com os processos sociais que organizam modos de vida e formas culturais divergentes. Na visão de Peirano (2014) a etnografia auxilia na compreensão do mundo em que vivemos, pois os etnógrafos precisam questionar certezas e verdades estabelecidas.

Os procedimentos etnográficos se propõem a andar, ver e escrever em contato com realidades específicas e parciais, como afirma o antropólogo e comunicador Hélio Silva (2009). Além disso, o sujeito que se põe em pesquisa encontra-se sempre em ação, situado e deslocado em um trabalho interacional (Silva, 2009).

No influente trabalho de James Clifford e George Marcus, *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*, publicado originalmente em 1986, Clifford, preocupado com a dimensão ética da pesquisa, afirma que “as etnografias são arranjos hierárquicos de discursos” (2016, p. 50). Os autores rememoram que, até a década de 60, as mulheres, tanto pesquisadoras como participantes da pesquisa, sofreram uma exclusão significativa na escrita etnográfica, momento em que as teorizações feministas tiveram relevância para repensar práticas de pesquisa e demandas colonizadas.

Segundo as recomendações antropológicas, a prática etnográfica analisa sistemas de significados diversos, atuais e passados, comprometidos com possibilidades futuras. Clifford (2016) aponta seis maneiras de escrita etnográfica: contextualmente, retoricamente, institucionalmente, historicamente, politicamente e do ponto de vista do gênero – sustentando um argumento central: as verdades etnográficas são sempre parciais. Nessa direção, Caiafa (2007) enfatiza, assim como Clifford e Marcus, que a pesquisa etnográfica é interdisciplinar, chamando atenção para as imposições arbitrárias dominantes da pesquisadora ou pesquisador que são

propensas a generalizar e reduzir a riqueza da diferença cultural.

Sob esse prisma, a experiência de campo deve inspirar a teoria, onde a pesquisadora pode conduzir um campo menos denso de interpretações e com mais possibilidades de experimentações. Nesse sentido, faz parte da pesquisa a não compreensão de certas crenças, rituais e modos de vida, que escapam à vivência de pesquisadores. Nem tudo em um campo precisa ser submetido à interpretação do outro.

Na mesma perspectiva que Caiafa (2007), Hine (2015) argumenta que a pesquisa etnográfica é composta por fragmentos de diferentes tipos de experiências e que, invariavelmente, alguns aspectos escaparão à compreensão das pesquisadoras. De acordo com Hine (2015), pesquisadoras e pesquisadores devem estar onde as pessoas estão, e ela aponta que a etnografia produz pesquisas conduzidas pela incerteza e por evidências incompletas que escapam à capacidade da percepção humana, sujeitas às limitações de quem faz a pesquisa.

Luke Eric Lassiter (2005), em *The Chicago Guide to Collaborative Ethnography* (O guia para etnografia colaborativa, em português), propõe uma abordagem de etnografia colaborativa que consiste em desenvolver sistematicamente uma pesquisa construída por pesquisadores e interlocutores. Lassiter (2005), também apoiado nas perspectivas teóricas de Clifford e Marcus, sugere que o etnógrafo e a etnógrafa possam estruturar um trabalho de campo e também de escrita que seja construído com os sujeitos do campo e não apenas sobre eles.

Para o autor, pensar o modelo de etnografia colaborativa é um desafio relevante das abordagens metodológicas contemporâneas, com implicações éticas e políticas que envolvem ajuda mútua por um processo compartilhado e recíproco em todas as etapas da pesquisa. Lassiter (2005, p. 14, tradução nossa) ressalta a necessidade de privilegiar as interpretações dos sujeitos do campo e não sugerir coisas que não estejam lá, “se realmente queremos produzir textos que vão além das implicações em curso do encontro colonial, responsivas e relevantes para as comunidades em que trabalhamos”, apontando as discussões feministas como forte marcador para pensar outras abordagens colaborativas e mais democráticas.

Nesse ponto de vista, a etnografia pretende produzir uma pesquisa preocupada com o compartilhamento de visões de mundo e de autoridade, que também aborde questões centrais nas discussões feministas interseccionais e decoloniais, como classe, raça e seus privilégios. Tais questões, como afirma bell hooks (2018), foram por muito tempo ignoradas e silenciadas nas pesquisas por pesquisadores, merecendo atenção redobrada para não passarem despercebidas pelo olhar colonizado.

3 Contribuições de abordagens decoloniais e feministas

Os trabalhos com abordagens de miradas decoloniais e feministas têm crescido nos últimos anos, mas na década de 1980 Lélia Gonzalez já escrevia sobre a realidade das mulheres negras brasileiras, realizando uma crítica à colonialidade e abordando temáticas como racismo, sexismo e feminismo. Gonzalez (1988), ao recordar a Lei Áurea no Brasil, indica como as lutas pela liberdade de mulheres e homens negros aconteciam bem antes dessa formalidade jurídica e se realizam até hoje através de movimentos sociais, como o Movimento Negro. Ao falar sobre feminismo e racismo, a autora aponta também como o movimento feminista, por muito tempo, apagou e invisibilizou a dimensão racial e as lutas das mulheres negras, ressaltando que estas, assim como as mulheres indígenas, são testemunhas históricas de processos de exclusão. Nas palavras da autora: “Da mesma forma, nós mulheres e não-brancas fomos ‘faladas’, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza” (Gonzalez, 1988, p. 14). A autora (1988) reconhece a potência do feminismo como teoria e prática que desempenhou um papel fundamental nas lutas como movimento e na formação de redes entre mulheres, buscando modelos alternativos de sociedade. No entanto, Gonzalez (1988) pontua que, apesar das contribuições do feminismo, o esquecimento da discriminação racial passou despercebido por muitas teóricas que fizeram da teoria e da prática feminista uma visão de mundo eurocêntrica da realidade. Nesse sentido, a luta a partir de duas frentes, pelo Movimento Étnico-Racial e pelo Movimento de Mulheres, foi uma alternativa encontrada para a organização e o avanço por um feminismo afro-latino-americano.

Silvia Cusicanqui (2010, p. 62), intelectual e ativista boliviana que possui estudos com povos indígenas da América Latina, compreende que “não pode haver um discurso de descolonização, uma teoria da descolonização, sem uma prática de descolonização”. A autora afirma que o discurso do multiculturalismo e “de la hibridez” muitas vezes encobrem novas formas de colonização e de subalternização. Com um discurso muitas vezes definido como de inclusão, as elites adotam estratégias para articular esquemas de cooptação e neutralização, reproduzindo formas de “inclusão condicionadas” e formas de “cidadania recortada e de segunda classe” (Cusicanqui, 2010, p. 61).

Para que haja uma verdadeira descolonização, Cusicanqui (2010) entende que deve haver uma reforma cultural profunda na sociedade, com uma descolonização de gestos, ações e linguagem, por exemplo. No caso da Bolívia, a retomada do bilinguismo seria essencial como uma prática descolonizadora, pois permitiria que mais pessoas

pudessem ser produtoras de conhecimento, interlocutoras, fontes de pensamento, e que o diálogo fosse mais de igual para igual. Outro desafio para uma maior autonomia, e para uma sociedade realmente multicultural e descolonizada, seria a construção de laços sul-sul, que pudessem romper “os triângulos sem base da política e da academia no norte” (Cusicanqui, 2010, p. 73). Dessa forma, a autora compreende que seria possível construir uma ciência própria e descolonizada, dialogando entre países vizinhos, afirmando laços da América Latina com correntes teóricas da Ásia e da África e enfrentando projetos hegemônicos do Norte.

A pesquisadora argentina María Lugones (2019) chama a atenção para os conhecimentos que revelam traições a partir de uma teoria prática do feminismo decolonial, evidenciando a questão de a qual “nós” as mulheres brancas se referem ao produzirem um quadro social generalizado sobre as mulheres, nas pesquisas que realizam. O termo colonialidade é utilizado para expressar uma forma de classificar pessoas a partir dos marcadores de poder e de gênero. Além disso, colonialidade refere-se ao processo de desumanização do sujeito colonizado, buscando compreender os enlaces que permeiam raça e gênero, atrelados à condição da heteronormatividade na modernidade (Lugones, 2019).

O sistema moderno opressivo produz uma lógica de categorização de raça, gênero e sexualidade. No entanto, sistemas sociais que conseguem produzir práticas econômicas, ecológicas e espirituais geram conflito e resistem à lógica dicotômica e hierarquizante do capital, chamados por Lugones (2019) de “sistemas não modernos”, a partir das concepções dos autores Juan Ricardo Aparicio e Mario Blaser (2008).

A história das nossas relações é composta por categorias que classificam os considerados humanos e não humanos. É na análise de como essa história se estende na modernidade que se podem entender processos de resistências cotidianas. Lugones (2019) refere-se à “missão civilizatória” como o processo social que torna o homem, branco, heterossexual, europeu, burguês, cristão, convencionalizado como a marca do sujeito universal. Em contrapartida, os sujeitos que desencontram essa existência passam às categorias dos não humanos indignos. Uma “leitura múltipla do Eu resistente relacional” (Lugones, 2019, p. 366) se torna imprescindível nas pesquisas, como método que pretende evitar uma única lente para compreender as relações de gênero a partir da imposição colonial dicotômica.

Dessa forma, estar atento nas pesquisas às diversidades de Eus resistentes ajuda a iluminar formas distintas de organização social, colocando em evidência os marcadores sociais que produzem desigualdade. Escutar e observar, a

partir de abordagens com lentes decoloniais e feministas, é possibilitar espaço para outras vozes nas pesquisas, de subjetividades ativas contra-hegemônicas que se manifestam como presenças resistentes nas diferentes culturas e sociedades.

No olhar de Lugones (2019), as resistências são respostas adaptativas, constantemente em negociação contra a colonialidade. A partir de uma leitura do feminismo decolonial criam-se mecanismos de resistência à colonialidade epistemológica à qual submetemos nossas pesquisas e onde, consequentemente, a diferença colonial é apagada. Lugones (2019, p. 371) ainda afirma que “as histórias de resistência na diferença colonial são o lugar (como pesquisadoras) onde precisamos morar, aprendendo uns sobre os outros e outras”.

Martins e Rosa (2021) evidenciam a potencialidade dos referenciais decoloniais, principalmente latino-americanos e africanos, como uma forma de desierarquizar e democratizar os processos de produção de conhecimento. As autoras compreendem, em diálogo com Fiorenza (2009), que o uso legitimado de autores consagrados nas nossas pesquisas funciona como um mecanismo de opressão e exclusão de mulheres como produtoras de conhecimento. Outra questão evidenciada pelas autoras, a partir da perspectiva de Oyèwùmí (2017), é a relevância da abordagem decolonial para pensar a realidade situada, que entende que concepções universais e hegemônicas não são suficientes para compreender todas as realidades e que nossas elaborações teóricas e pesquisas são dignas de existir em um universo acadêmico sem precisar partir sempre de um “norte ideal”.

Bell Hooks (2018)², em “Feminismo: uma política transformacional”, discute a questão de como resistir ao potencial opressor em uma sociedade capitalista que impõe um sistema no qual quem domina tem mais poder. A autora aponta para um modelo de movimento feminista que seja inclusivo e não exclusivo, destacando a necessidade de repensar lógicas e assumir responsabilidades. Por essa via reflexiva, a pesquisa deve estar atenta a produzir discussões politizadas e dialógicas que contemplem análises críticas, incluindo experiências pessoais e interseccionais.

O caráter elucidativo do texto de hooks (2018) aponta o quanto podemos ser, de maneira dinâmica nas relações sociais, oprimidas e também opressoras. A crítica da autora produz uma reflexão sobre privilégios e, além disso, questiona em que medida estamos alinhadas aos

2 Bell Hooks (2019), teórica negra e ativista feminista, utiliza em suas assinaturas letras minúsculas como forma de desafiar convenções linguísticas da própria academia cientificista. Essa é uma forma de exercitar nas pesquisas o olhar opositor como agenciador de críticas dos modelos hegemônicos de representação.

sistemas de dominação e o quanto podemos, através de práticas descolonizadoras na pesquisa, produzir rupturas que possibilitem diminuir as desigualdades, as autoridades e as imposições interpretativas de uma condição de viver no mundo ocidental, branco e heteronormativo.

Spivak (2010), em *Pode o subalterno falar?*, provoca reflexões que servem de instrumento crítico para pensar questões éticas e ideológicas nas pesquisas. A autora tensiona a relevância da imposição de verdades epistêmicas, orientadas por conhecimentos ocidentais que impõem modos de vida às viúvas hindus, para enfatizar seu argumento central de que culturas específicas, aliadas a práticas dissidentes, não estão à procura ou em busca da “salvação” do intelectual colonizador. Ao afirmar que o subalterno não pode falar, sendo a mulher duplamente silenciada, Spivak (2010, p. 104) registra o que chama de “violência epistêmica”. No entanto, o silenciamento do subalterno não corresponde à não agência, mas sim à interdição deste, por discursos hegemônicos de poder. A autora convida a mulher intelectual (mas não somente) a preocupar-se com esse quadro nos campos de estudo, para evitar a negligência das questões de gênero, entre outras, e possibilitar espaço para as vozes dos sujeitos subalternos nas pesquisas.

A formação do pensamento e a construção do sujeito no Ocidente são organizadas através da “violência epistêmica” que traduz os discursos em linguagens hegemônicas a partir de dispositivos colonizadores (Spivak, 2010). Com isso, infere-se a necessidade da difícil e desafiadora tarefa de produzir conhecimento em torno de uma desaprendizagem da hegemonia cultural.

Em “Rearticulando gênero e classe social”, Saffioti (1992) aponta as questões de gênero atreladas às relações de poder, refletindo sobre uma forma feminista de fazer ciência como possibilidade de produzir políticas de desconstrução e rupturas que desencontrem pensamentos hegemônicos dominantes. A autora chama essa forma de fazer ciência de “estratégia política desconstrutiva” (1992, p. 209) tomando como base a percepção histórica de que a ciência foi organizada culturalmente por homens e, portanto, possui um gênero específico.

Saffioti (1992) assume a concepção de “responsabilidade epistêmica” argumentando que para sustentar uma epistemologia feminista é necessário perceber a produção de conhecimento, ou seja, da ciência, como um processo social e cultural. Nesse sentido, propõe uma ontologia relacional que possa se considerar feminista sob uma ótica que conceba a relação do EU-OUTRO, redefinindo e desconstruindo a lógica de oposição entre o EU e o OUTRO, afirmando que “a ótica da oposição entre o EU e o OUTRO condiciona lutas do EU para dominar ou anular o OUTRO” (Saffioti, 1992, p. 210).

Em outro estudo, a autora (2000) argumenta que esquemas patriarcais do pensamento agem como constructos mentais, sustentando o sistema de opressão, determinante para as relações de poder, dominação e exploração. Saffioti (2000) ainda compreende que para a ciência avançar é preciso reformular velhos conceitos e formular novos, levando em consideração três principais contradições existentes na nossa sociedade que devem ser repensadas: a de gênero, a de raça e a de classe.

Sandra Harding (2019) argumenta sobre a instabilidade das categorias analíticas como recurso e prática para pensar as epistemologias, ressaltando a ilusão de trabalhar conceitos e metodologias feministas estruturadas nos moldes do paradigma da ciência legitimada. Pensar uma crítica à ciência construída por ausências e exclusões dos sujeitos que historicamente detêm o poder da construção do conhecimento, do raciocínio e da observação social, por mais fundamentada em ideias feministas, ainda assim, funciona como uma ciência que sustenta perspectivas conflitantes. Nas palavras de Harding (2019, p. 13), “Precisamos ser capazes de acolher certos desconfortos intelectuais, políticos e psíquicos, de considerar inadequados e até mesmo derrotistas determinados tipos de soluções luminosas aos problemas que nos colocamos (nas pesquisas)”. Além disso, a autora ressalta que a ciência é fundamentada pela visão masculina, incluindo todos os passos da pesquisa, desde a elaboração do problema às interpretações e análises dos resultados. Para Harding (2019), a pesquisa por um viés feminista preocupa-se em ampliar as perspectivas que foram e são negligenciadas pelo conhecimento hegemônico.

A ciência alternativa se propõe a criticar as teorias nucleares ou teorias consagradas do conhecimento; para tanto, como sugere Harding (2019), pensar as multiplicidades das ciências existentes a partir de realidades descentralizadas e sob níveis destoantes de dominação e opressão é uma forma de possibilitar e aceitar a instabilidade das categorias analíticas. Nesse sentido, a ciência alternativa pretende desierarquizar a produção de conhecimento, concentrada em perceber as particularidades dentro das universalidades, que devem, por consciência, considerar os diversos modos de vida. Além disso, desierarquizar a pesquisa tem a ver com reconhecer os privilégios eurocêntrico, branco, heteronormativo, masculino, que são subsidiados pelas opressões de classe.

4 Refletindo sobre caminhos possíveis para a pesquisa etnográfica na Comunicação

Yves Winkin (1998, p. 10), em *A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo*, afirma que “Comunicação

e Antropologia dão-se muito bem e comunicam-se muito mal. Essas ciências humanas se imaginam mais do que se conhecem, narcisam-se mais do que se exploram mutuamente”. Nesse sentido, propomos um diálogo entre a Comunicação e a Antropologia, pensando em formas menos coloniais de realizar pesquisas etnográficas, com práticas mais colaborativas e com uma relação mais horizontal entre pesquisadoras e interlocutoras.

Lassiter (2005), através de diferentes perspectivas, apresenta-nos caminhos para a etnografia que podem ser mais dialógicos, recíprocos e atentos à colonialidade. A começar pela própria lógica da etnografia, que, por definição, é uma colaboração. Lassiter (2005) lembra que é com base em relações colaborativas entre os interlocutores e o etnógrafo que se fazem possíveis o campo de pesquisa e os textos etnográficos. De certa forma, toda a pesquisa etnográfica precisa de colaboração. Porém, segundo o autor, na etnografia denominada colaborativa a colaboração assume o centro do palco.

A etnógrafa Elaine Lawless (1992), apresentada na obra de Lassiter (2005), aponta para o conceito de etnografia recíproca, uma abordagem feminista, que pratica a negação da hierarquia entre acadêmicos/pesquisadores e os sujeitos da pesquisa. Em uma proposta de etnografia recíproca, o pesquisador deve apresentar as suas interpretações e o sujeito participante da pesquisa responde a essas interpretações. A partir disso, o etnógrafo deve ajustar suas lentes e analisar por que suas interpretações são diferentes e como elas são ou não compatíveis com o pensamento do sujeito que participa da pesquisa. Como afirma Lassiter (2005), é teoricamente simples construir uma pesquisa recíproca e colaborativa, embora não seja fácil e demande mais tempo, dedicação e reconstrução do texto, mas é a forma de elaboração de um texto de maior valor para todas as pessoas envolvidas na pesquisa.

Com base nas perspectivas epistemológicas utilizadas ao longo do artigo, reunimos cinco recomendações que podem constituir a produção científica, buscando embasamento nas discussões decoloniais e feministas para refletir sobre caminhos possíveis para abordagens teórico-metodológicas etnográficas. Nesse sentido, as pesquisas devem preocupar-se em:

- 1) Envolver participação mútua: a etnografia consegue desenvolver uma proposta menos colonial na medida em que desenvolve uma pesquisa contemplando ambas as partes, pesquisadoras e participantes da pesquisa. Realizar a pesquisa com as interlocutoras e não apenas sobre elas é fator determinante para aproximações feministas decoloniais, mesmo entendendo que existem relações de poder envolvidas. Também é preciso repensar a

escuta, que deve considerar questionamentos que vêm do campo e de sua história, e a escrita, que pode ser acadêmica e acessível (como apontaremos na sequência), bem como a devolução do estudo para a sociedade.

- 2) Rever e questionar imposições interpretativas: as pesquisadoras e pesquisadores devem vigiar-se para não adulterar as análises impondo interpretações carregadas de interesses próprios. Sabendo que a pesquisa nunca é neutra, devem-se assumir os atravessamentos e subjetividade na pesquisa, de forma atenta aos sentidos e significados construídos pelas sociedades e culturas diversas, e dando ênfase aos aspectos locais e históricos do campo de pesquisa.
- 3) Retirar o véu colonizador de gênero, classe e raça: revelar quem são os participantes e interlocutores das pesquisas para além da hegemonia cultural é fator decisivo em uma pesquisa que se diga decolonial. Os sujeitos e suas subjetividades devem aparecer de forma explícita, situando os marcadores sociais que produzem diferença e desigualdade. Além disso, é extremamente relevante apontar autores e autoras, e principalmente teorias, que repensem a representação do sujeito universal. Nesse sentido, é imprescindível assumir o desafio da formação de alianças voltadas para a construção de laços sul-sul, para que seja possível produzir rupturas epistemológicas hegemônicas.
- 4) Privilegiar linguagem e escrita acessível: linguagem acessível não diminui o rigor científico. O objetivo de produzir uma pesquisa mais inteligível para diferentes públicos é democratizar o acesso à produção de conhecimento, questionando perspectivas que legitimam a pesquisa como científica a partir de uma linguagem e escrita apenas erudita e positivista.
- 5) Uma abordagem menos colonial deve comportar as diferentes etapas da pesquisa: uma perspectiva menos colonial e feminista pretende alcançar não apenas a metodologia, mas todo o processo da pesquisa – as referências teóricas, a ida ao campo, a escuta, a escrita, a análise, a partir de uma troca compartilhada constante entre pesquisadoras e interlocutoras. Fazer da escrita um espaço colaborativo, em que as interlocutoras possam também ser protagonistas como cointelectuais, é uma das principais contribuições dessa perspectiva, pois é preciso questionar constantemente a colonialidade do ser e do saber.

Buscamos apontar, a partir de contribuições de perspectivas decoloniais, feministas e outras, que a abordagem etnográfica pode ser um processo teórico metodológico

preocupado com a participação mútua e colaborativa, com as imposições interpretativas, com as lentes colonizadoras de gênero, raça e classe (principalmente, mas não apenas), e com uma linguagem e escrita mais democrática.

5 Considerações finais

Este artigo buscou refletir sobre a pesquisa etnográfica na Comunicação a partir de contribuições de abordagens decoloniais e feministas. Procuramos estabelecer diálogo com autoras e autores que refletem sobre a ciência eurocêntrica, masculinista, racista, classista e heterossexista, para sustentar nosso argumento de que outros caminhos são possíveis na prática científica. Esse modo de fazer pesquisa se revela a partir de um processo etnográfico colaborativo e comprometido com a descolonização que envolve todas as etapas da pesquisa.

Fazer uma etnografia mais recíproca, dialógica e colaborativa transforma a maneira como apresentamos os nossos textos, mas não só. Realizar uma etnografia com uma abordagem decolonial e feminista é repensar a prática etnográfica desde a entrada no campo de pesquisa, os diálogos com os interlocutores e interlocutoras, até a forma de ouvir, observar e escrever. Refletir sobre uma etnografia mais justa para todos e todas que participam da pesquisa é pensar também em escrever para as pessoas interessadas no texto, e não só na própria academia, colegas de pós-graduação, bancas e avaliadores de periódicos. Por muitos anos, não se pensava em escrever para os “informantes”, em produzir conhecimento que fosse relevante para os participantes da pesquisa, o que culminou em muitas violências epistêmicas, em silenciamentos e em pesquisas que foram validadas somente por uma elite acadêmica.

As escolhas epistemológicas do artigo apontam as questões de gênero, raça e classe como marcadores sociais interseccionais que produzem diferenças e desigualdades. Apontar e reconhecer nas pesquisas os marcadores das diferenças é possibilitar estratégias políticas desconstrutivas, mesmo que venha a acarretar “desconfortos intelectuais” pela forma de fazer pesquisa colonizada.

Uma ciência que se assuma como construída por sistemas de valores culturais corrompidos por interpretações em benefício de uma figura hegemônica, e que ainda possa ser o reflexo do caráter histórico da ciência eurocêntrica, não é o suficiente para os problemas que se apresentam na produção científica. Nessa direção, apontamos cinco recomendações para o desenvolvimento de uma pesquisa etnográfica na Comunicação atenta aos condicionamentos eurocêntricos que o imperativo da colonialidade produz. Buscar nos processos teórico-metodológicos

comprometimento com as reflexões decoloniais, efetuando práticas em todas as etapas das pesquisas, reafirma-se como um caminho possível para a ciência de desaprendizagem em benefício da leitura múltipla dos Eus resistentes, relacionais e plurais.

Por fim, chamamos a atenção para a importância de ampliar as discussões da ciência colonizada (que também é colonizadora ao fazer a manutenção de lógicas coloniais na produção de conhecimento) com teorias que problematizam as intersecções e mobilizam reflexões atendendo a demandas sociais dos sujeitos que fogem às representações hegemônicas, colaborando para repensar processos colonizadores incorporados e silenciados nas pesquisas. Ressaltamos os limites do presente artigo e entendemos que os estudos utilizados, que abordam temáticas sobre decolonialidades, feminismos e outros, correspondem a filiações teóricas que não necessariamente convergem entre si, e que são constituídos a partir de pontos de referências distintos e, por vezes, conflitantes.

Referências

- APARICIO, Juan Ricardo; BLASER, Mario. 2008. The ‘Lettered City’ and the Insurrection of Subjugated Knowledges in Latin America. *Anthropological Quarterly*, **81**(1):59-94.
- BALLESTRIN, Luciana. 2013. A América latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, 11:89-107.
- CAIAFA, Janice. 2007. *Aventura das cidades: ensaios e etnografias*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- CAIAFA, Janice. 2019. Sobre a etnografia e sua relevância para o campo da comunicação. *Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação*, **7**(14):37-46, jul.-dez.
- CLIFFORD, James; MARCUS, George. 2016. *A escrita da cultura: poética e política da Etnografia*. Rio de Janeiro, Papéis Selvagens/Ed. UFRJ.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera. 2010. *Ch’ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires, Tinta Limón.
- FIORENZA, Elisabeth Schüssler. 2009. *Caminhos da sabedoria: uma introdução à interpretação bíblica feminista*. São Bernardo do Campo, Nhanduti Editora.
- FONSECA, Claudia. 1999. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação*, 10:58-78.
- FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. 2011. Abordagens Etnográficas. In: *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre, Sulina, p. 167-204.
- GONZALEZ, Lélia. 1988. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis Internacional*, Santiago, **9**:133-141.
- HARDING, Sandra. 2019. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: Heloisa Buarque HOLLANDA (ed.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo. E-book: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras_digitalizadas/heloisa-buarque-de-hollanda-pensamento-feminista_-conceitos-fundamentais-bazar-do-tempo-_2019_.pdf

- HINE, Christine. 2015. *Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Everyday*. London, Bloomsbury Academic.
- HOOKS, Bell. 2018. Feminismo: uma política transformacional. In: Maria Manuel BAPTISTA (org.), *Gênero e performance: textos essenciais*. Coimbra, Grácio Editor, vol. I, p. 167-178.
- HOOKS, Bell. 2019. O olhar opositor: mulheres negras espectadoras. In: b. hooks, *Olhares negros – raça e representação*. São Paulo, Editora Elefante, p. 214-240.
- LASSITER, Luke E. 2005. *The Chicago Guide to Collaborative Ethnography*. Chicago, The University of Chicago Press.
- LAWLESS, Elaine. 1992. "I Was Afraid Someone like You... an Outsider... Would Misunderstand": Negotiating Interpretive Differences between Ethnographers and Subjects. *The Journal of American Folklore*, **105**(417):302-314.
- LUGONES, María. 2019. Rumo a um feminismo decolonial. In: Heloisa Buarque HOLLANDA (ed.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo. E-book: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras_digitalizadas/h-eloiisa-buarque-de-hollanda-pensamento-feminista_-conceitos-fundamentais-bazar-do-tempo-_2019_.pdf
- MARTINS, Vera; ROSA, Rosane. 2021. Ao Sul das referências: reflexões decoloniais para desierarquizar os processos de produção de conhecimento. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, **18**(51):16-35, jan./abr.
- OYĒWUMÍ, O. 2017. *La invención de las mujeres: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género*. Bogotá, Editorial En la Frontera.
- PEIRANO, Mariza. 2014. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, **20**(42):377-391, jul./dez.
- ROCHA, Everardo; BARROS, Carla. 2006. Dimensões culturais do marketing: teoria antropológica, etnografia e comportamento do consumidor. *RAE*, **46**(4):36-47.
- SAFFIOTI, Heleieth. 2000. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, **1**(11):71-76.
- SAFFIOTI, Heleieth. 1992. Rearticulando gênero e classe social. In: A. COSTA; Cristina BRUSCHINI (org.), *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos; São Paulo, Fundação Carlos Chagas, p. 183-215.
- SEGATO, Rita Laura. 2012. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico decolonial. *E-cadernos CES* [Online], 18. <https://journals.openedition.org/eces/1533>
- SILVA, Hélio. 2009. A situação etnográfica: andar e ver. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, **15**(32):171-188, jul./dez.
- SILVA, Sandra Rubia; MACHADO, Alisson. 2020. Diálogos com Daniel Miller no campo da Comunicação: reflexões a partir das pesquisas do GP Consumo e Culturas Digitais. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, **10**(3):861-886, set.-dez.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. 2010. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, UFMG
- TRAVANCAS, Isabel. 2011. Fazendo etnografia no mundo da comunicação. In: Jorge DUARTE; Antonio BARROS, *Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação*. São Paulo, Atlas, p. 98-109.
- VEIGA, Márcia; MORAES, Fabiana. 2020. Onde está Ruanda no mapa? Decolonialidade, subjetividade e o racismo epistêmico do jornalismo. In: XXIX ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2020, Campo Grande. *Anais [...]*. Campo Grande, Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, p. 1-21.
- WINKIN, Yves. 1998. *A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo*. Campinas, SP, Papirus.

Artigo submetido em 08/04/2021
Aceito em 26/04/2022